

# Termo de Referência 140/2023

## Informações Básicas

Número do TR UASG Editado por Atualizado em  
140/2023 153254-ADMINISTRACAO GERAL/UFG HELDER DE FARIA 16/08/2023 16:54 (v 1.0)  
Status  
CONCLUIDO

## Outras informações

Categoria Número da Contratação Processo Administrativo  
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; 23072.248903/2023-26

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui o objeto deste Termo de Referência, a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de seguro automotivo, para cobertura de 8 (oitenta e e nove) veículos na modalidade "Seguro Contra Terceiros" de propriedade da Universidade Federal de Minas Gerais, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Seguro Terceiro 89 veículos	13.943	unid	01	R\$ 65.834,98	R\$ 65.834,98

1.2 **ITEM 01**- Contratação para prestação de serviços em seguro automotivo contra 'terceiros' com assistência 24 (vinte e quatro) horas, para (oitenta e nove) veículos de propriedade da Universidade Federal de Minas Gerais, conforme tabela abaixo:

Item	Placa	Marca	Modelo	Ano	Modelo	Chassi	Combustível	Modalidade
1	GMF 5090	Volkswagen	KOMBI STANDARD	2006	2006	9BWGF07X57P007064	FLEX	SEGURO TERCEIRO
2	GMF 5091	Volkswagen	KOMBI STANDARD	2006	2006	9BWGF07X67P006974	FLEX	SEGURO TERCEIRO
3	GMF 5092	Volkswagen	KOMBI STANDARD	2006	2006	9BWGF07X07P007585	FLEX	SEGURO TERCEIRO
4	GMF 5163	Fiat	MILLE FIRE FLEX	2007	2007	9BD15822774948324	FLEX	SEGURO TERCEIRO
5	GMF 5164	Fiat	MILLE FIRE FLEX	2007	2007	9BD15822774947782	FLEX	SEGURO TERCEIRO
6	GMF 5165	Fiat	MILLE FIRE FLEX	2007	2007	9BD15822774948253	FLEX	SEGURO TERCEIRO
7	GMF 5166	Fiat	MILLE FIRE FLEX	2007	2007	9BD15822774948501	FLEX	SEGURO TERCEIRO
8	GMF 5167	Fiat	MILLE FIRE FLEX	2007	2007	9BD15822774947763	FLEX	SEGURO TERCEIRO
9	GMF 5169	Fiat	MILLE FIRE FLEX	2007	2007	9BD15822774948345	FLEX	SEGURO TERCEIRO
10	GMF 5173	Fiat	MILLE FIRE FLEX	2007	2007	9BD15822774948429	FLEX	SEGURO TERCEIRO
11	GMF 5703	Volkswagen	KOMBI STANDARD	2008	2008	9BWMF07X99P017067	FLEX	SEGURO TERCEIRO
12	GMF 5759	FORD	FIESTA 1.6 FLEX	2009	2009	9BFZF55P998375107	FLEX	SEGURO TERCEIRO
13	GMF 5930	RENAULT	LOGAN EXP 1.0 16V	2009	2009	93YLSR7GH9J235879	FLEX	SEGURO TERCEIRO

14	GMF 6535	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	2010	9BD15822AB6547454	FLEX	SEGURO TERCEIRO
15	GMF 6842	Volkswagen	KOMBI STANDARD	2011	2011	9BWMF07X3CP017766	FLEX	SEGURO TERCEIRO
16	GMF 6845	Volkswagen	KOMBI STANDARD	2011	2011	9BWMF07X8CP017911	FLEX	SEGURO TERCEIRO
17	GMF 6891	Volkswagen	SAVEIRO 1.6 CE	2012	2012	9BWL0500CP177944	FLEX	SEGURO TERCEIRO
18	GMF 6987	Volkswagen	SAVEIRO 1.6 CE	2012	2012	9BWL0504D9047960	FLEX	SEGURO TERCEIRO
19	GMF 7097	Volkswagen	KOMBI STANDARD	2012	2012	9BWMF07X0DP008914	FLEX	SEGURO TERCEIRO
20	GMF1396	VOLKSWAGEN	CAMINHAO TANQUE	1995	1996	9BWXACM3SDB90133	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
21	GMF1756	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER	1997	1997	8AC690341VA503492	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
22	GMF2414	MERCEDES BENZ	CAMINHAO L1314	1988	1988	9BM345002JB818756	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
23	GMF2862	MERCEDES BENZ	CAMINHAO L1113	1985	1985	34404412687488	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
24	GMF3118	MERCEDES BENZ	M. POLO VIAGGIO GV 850	2000	2000	9BM384073YB215785	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
25	GMF3242	FORD	PICK-UP COURIER 1.6 L	2000	2001	9BFNSZPPA1B913049	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
26	GMF3245	CHEVROLET	PICK-UP S10 2.2 S	2000	2000	9BG124ASOYC440357	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
27	GMF3249	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2000	2001	9BWGB07X51P008332	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
28	GMF3253	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER	2000	2001	8AC6903411A545194	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
29	GMF3254	CHEVROLET	PICK-UP S10 2.2 S	2000	2000	9BG124AS0YC440416	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
30	GMF3256	MERCEDES BENZ	CAMINHAO 710	2000	2000	9BM688156YB252803	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
31	GMF3259	CHEVROLET	PICK-UP GM/S10 2.8 S	2001	2001	9BG124AC01C404825	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
32	GMF3303	VOLKSWAGEN	MICRO ONIBUS 8-140	2000	2000	9BWV2RF67YRY13848	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
33	GMF4307	FIAT	PALIO WK ADVENTURE	2003	2003	9BD17309934090063	FLEX	SEGURO TERCEIRO
34	GMF4336	IVECO	CAMINHAO DAILY 6012 CC1	2003	2003	93ZC5980138310840	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
35	GMF4338	FIAT	PALIO WK ADVENTURE	2003	2004	9BD17309944093531	FLEX	SEGURO TERCEIRO
36	GMF4562	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2005	2005	9BWGB07X35P007203	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
37	GMF4564	FIAT	DOBLO ADVENTURE	2005	2005	9BD11985451024399	FLEX	SEGURO TERCEIRO
38	GMF4764	VOLKSWAGEN	ONIBUS 15180 EOD NEOBUS	2005	2005	9BWR682WX5R530359	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
39	GMF5416	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2008	2008	9BWGF07X18P018452	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
40	GMF5417	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2008	2008	9BWGF07X18P018578	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
41	GMF5418	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2008	2008	9BWGF07X98P019316	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
42	GMF5419	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2008	2008	9BWGF07X08P019317	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
43	GMF5420	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2008	2008	9BWGF07X38P019358	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
44	GMF5421	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2008	2008	9BWGF07X58P019295	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
45	GMF5422	AGRALE	CAMINHAO 8500	2008	2008	9BYC2762R8C001675	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
46	GMF5423	FIAT	PALIO ELX FLEX	2008	2008	9BD17140A85178052	FLEX	SEGURO TERCEIRO
47	GMF5424	FIAT	PALIO ELX FLEX	2008	2008	9BD17140A85178018	FLEX	SEGURO TERCEIRO
48	GMF5425	FIAT	PALIO ELX FLEX	2008	2008	9BD17140A85177889	FLEX	SEGURO TERCEIRO
49	GMF5426	FIAT	PALIO ELX FLEX	2008	2008	9BD17140A85178059	FLEX	SEGURO TERCEIRO
50	GMF5427	FIAT	PALIO ELX FLEX	2008	2008	9BD17140A85178053	FLEX	SEGURO TERCEIRO
51	GMF5428	FIAT	PALIO ELX FLEX	2008	2008	9BD17140A85178064	FLEX	SEGURO TERCEIRO
52	GMF6526	FIAT	PALIO WK ATTRAC	2010	2011	9BD17307MB4341858	FLEX	SEGURO TERCEIRO
53	GMF7228	VOLKSWAGEN	KOMBI STANDARD	2012	2013	9BWMF07X6DP015298	FLEX	SEGURO TERCEIRO
54	GMF7229	VOLKSWAGEN	KOMBI STANDARD	2012	2013	9BWMF07X0DP015359	FLEX	SEGURO TERCEIRO
55	GMF7230	VOLKSWAGEN	KOMBI STANDARD	2012	2013	9BWMF07X7DP015360	FLEX	SEGURO TERCEIRO
56	GMF7231	VOLKSWAGEN	KOMBI STANDARD	2012	2013	9BWMF07X8DP015299	FLEX	SEGURO TERCEIRO
57	GMF7685	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER 515CD	2013	2014	8AC906657EE090205	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
58	GMF7913	MERCEDES BENZ	AMBULANCIA MARIMAR 415	2014	2014	8AC906633EE093323	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
59	GMF7940	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER 515CD	2014	2015	8AC906657FE104190	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
60	GSM6051	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER	1997	1997	8AC690341VA510348	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
61	GXM9257	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CS	2011	2012	9BWKB05U2CP049295	FLEX	SEGURO TERCEIRO

62	HAE4379	CHEVROLET	PIC-UP GM/S10 2.8 D	2002	2003	9BG138AC03C401046	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
63	HCG1E96	Ford	PICK-UP COURIER	2002	2002	9BFNSZPPA5B966045	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
64	HDK9167	VOLKSWAGEN	KOMBI - STANDARD	2005	2006	9BWGB07X56P003008	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
65	HEJ4424	VOLKSWAGEN	KOMBI FURGAO	2006	2006	9BWWF07XX6PO16384	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO
66	HEJ9621	RENAULT	SCENIC EXP 1616V	2006	2006	93YJA15256J755234	FLEX	SEGURO TERCEIRO
67	HFP0D92	FIAT	SIENA ELX FLEX	2006	2007	9BD17201A73275167	FLEX	SEGURO TERCEIRO
68	HFS8588	MITSUBISHI	PICK-UP L200 OUTDOOR	2007	2007	93XHNK7407C730041	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
69	HIO 8310	FIAT	UNO MILLE FIRE	2008	2008	9BD15822786119795	FLEX	SEGURO TERCEIRO
70	HIO 8319	Fiat	STRADA TREK FLEX	2008	2008	9BD27801D87070549	FLEX	SEGURO TERCEIRO
71	HIO8259	FIAT	UNO MILLE FIRE	2008	2008	9BD15822786119895	FLEX	SEGURO TERCEIRO
72	HJJ6963	CHEVROLET	MERIVA JOY	2008	2008	9BGXL75G08C188437	FLEX	SEGURO TERCEIRO
73	HKC6962	FIAT	LINEA	2009	2009	9BD11055691505213	FLEX	SEGURO TERCEIRO
74	HLF 3224	Volkswagen	KOMBI STANDARD	2009	2009	9BWMF07X6BP003388	FLEX	SEGURO TERCEIRO
75	<b>HLR8730</b>	KIA	HD K2500 HD BONGO	2011	2012	KNCSHX73AC7623350	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
76	HMB8801	FIAT	UNO MILLE WAY ECON	2009	2010	9BD15804AA6358121	FLEX	SEGURO TERCEIRO
77	HMF5A30	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2012	2013	9BD15822AD6768361	FLEX	SEGURO TERCEIRO
78	HMJ 1867	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009	2009	9BD15822AA6396482	FLEX	SEGURO TERCEIRO
79	HMR 4789	FIAT	STRADA FIRE FLEX	2010	2010	9D27803MA7234148	FLEX	SEGURO TERCEIRO
80	HMR4791	FIAT	STRADA FIRE FLEX	2010	2010	9BD27803MA7234146	FLEX	SEGURO TERCEIRO
81	JHG8112	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009	2010	9BD15801AA6364677	FLEX	SEGURO TERCEIRO
82	JHG8122	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009	2010	9BD15801AA6364709	FLEX	SEGURO TERCEIRO
83	NYB 3752	Ford	CAM. TANQUE CARGO 1722 CN	1998	1998	9BFYEAXV8CBS98646	Diesel	SEGURO TERCEIRO
84	OLR 4740	Volkswagen	VOYAGE 1.6 COMFORTL	2009	2009	9BWDB450XDT092792	FLEX	SEGURO TERCEIRO
85	PAC6260	FIAT	STRADA TREK CD 1.6	2014	2014	9BD578354F7920121	FLEX	SEGURO TERCEIRO
86	QOW0028	AGRALE	MARCOPOLO VOLARE W9	2018	2018	93PB88S31JC059510	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
87	RFA7D18	VOLKSWAGEN	DRC 4X2	2020	2021	9535h5TB0MR104638	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
88	KIA7J65	SCANIA VABIS	K113 TL 6x2 360	1998	1998	9BSKT6X2BW3467903	DIESEL	SEGURO TERCEIRO
89	HCY 3485	FIAT	DOBLÔ	2003	2003	9BD11995851028679	GASOLINA	SEGURO TERCEIRO

1.3. As garantias estão detalhadas no item 5.4 Informações relevantes para dimensionamento da Proposta e no Estudo Técnico Preliminar-ETP - ANEXO I

1.4.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que **é uma necessidade permanente**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

1.5. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme o art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Os conceitos legais de “serviço”, conforme o XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; A modalidade de prestação de serviços de fornecimento de seguros automotivos se enquadra neste artigo.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A empresa a ser contratada deverá ser capaz de atender plenamente as exigências contidas neste Termo de Referência. A Universidade Federal de Minas Gerais possui uma frota de veículos bastante diversificada em seus tipos, modelos, anos de fabricação, devendo estar disponível 24 horas para a solicitação de atendimento quando necessário

2.3 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 17217985000104-0-000002/2023
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA: 474, 475, 476, 477
- IV) Classe/Grupo: 711 - SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, EXCETO SERVIÇO BANCÁRIO DE INVESTIMENTO, SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES
- V) Identificador da Futura Contratação: 153254-31/2023

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.2 A contratada deverá fornecer as apólices em um prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato.

3.3 As apólices deverão conter todas as informações pertinentes e individualizadas por veículo: Número do contrato com a UFMG, data de validade, valores individuais do "Prêmio" (soma de todos os itens), valores individuais da "franquia" (total) e valor total da apólice completa, estes dados individuais deverão estar disponíveis inclusive para os veículos na modalidade "terceiro" para o devido controle e confronto do que foi ofertado.

3.4 Estas informações serão adicionadas a um banco de dados (Sistema Sisfrota) para controles futuros.

3.5 A execução dos serviços será iniciada em setembro de 2023.

3.5 O detalhamento da prestação dos serviços objeto desta contratação consta no Estudo Técnico Preliminar.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Não há incidência de critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis" para a presente contratação.

**Indicação de marcas ou modelos** (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação não há necessidade de indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as explicações nos Estudos Técnicos Preliminares.

#### Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

---

#### Vistoria

4.18 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, caso sinta necessidade de realizar vistoria nos veículos a serem segurados, poderá solicitar visita no local onde se encontram estes veículos, os quais serão acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.19. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.20. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.20.1. Os agendamentos serão de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00, com os Sr. Helder de Faria ou Sr. Elias André, pelos números de telefone 3409-4600/4602/4608 ou pelo e-mail: **ditra@dsg.ufmg.br**

4.21. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações[HdF1] [JC2], conforme anexo II deste instrumento.

---

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2. Início da execução do objeto: Na assinatura do contrato.

5.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.3.1 Em caso de sinistro, a Licitante vencedora, deverá ter, pelo menos, um Centro de Atendimento Avançado de Sinistro, localizado em Belo Horizonte e/ou região, para que, em caso de sinistros, os veículos envolvidos sejam atendidos, vistoriados e encaminhados às oficinas credenciadas, agilizando assim o processo de reparação do veículo da Contratada e de Terceiros se for o caso.

5.3.2 A CONTRATADA deverá constar no sistema de **Assistência 24 horas** da prestadora de serviço que à apólice possui toda e qualquer assistência **SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM** para todos os veículos da UFMG, e **INCLUSIVE O DIREITO DE ATENDIMENTO NAS SOLICITAÇÕES DE REMOÇÃO DOS PASSAGEIROS DE VANS, MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS E ACOMODAÇÕES (ESTADIAS) CASO SEJA NECESSÁRIO**

5.3.3 Permanecer como única e total responsável perante a Contratante, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.

5.3.4 Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais ou genuínas.

5.3.5 A seguradora deverá possuir representante (preposto) disponível, inclusive aos finais de semana (devido ao objeto) que atuará junto à CONTRATANTE, dirimindo dúvidas e se responsabilizando por documentações pertinentes à execução do contrato, atuando em casos de sinistro, quanto à documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros. Quando solicitado via contato telefone ou e-mail, a resposta deverá ser no máximo em 12 horas, sob risco de penalidade. É de responsabilidade do preposto manter atualizado junto a contratante seus contatos (e-mail e telefone).

---

5.3.6 A Seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina ou local indicado pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro.

5.3.7 A CONTRATADA deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste Termo de Referência.

5.3.8 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar (caso seja necessário) os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.3.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.3.10 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.3.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

5.3.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

5.4. Os serviços serão prestados no Campus UFMG e demais unidades no centro de Belo Horizonte, Campus I.C.A.-Montes Claros, Unidade Diamantina e Unidade Pedro Leopoldo, e demais localidades em todo o território nacional onde estão trafegando e prestando serviços.

5.5. Cronograma de realização dos serviços:

5.5.1. O contrato deverá celebrar o período entre setembro de 2023 e setembro de 2028, sendo que, as apólices de seguro tem validade por 12 meses, desta forma haverá renovação de contrato anualmente obedecendo ao limite máximo prorrogações.

#### **Local da prestação dos serviços**

5.6. Os serviços serão prestados Campus UFMG e demais unidades no centro de Belo Horizonte, Campus I.C.A.- Montes Claros, Unidade Diamantina e Unidade Pedro Leopoldo e em todo o território nacional.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada poderá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, caso estes sejam necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário de acordo com a necessidade e solicitação da contratante.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.**

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1. A solicitação de contratação de companhia seguradora justifica-se pela necessidade da cobertura de seguro total para parte da frota de veículos de propriedade da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS que hoje possui veículos de diversas marcas, modelos e anos de fabricação. Estes veículos circulam constantemente em rodovias e vias de tráfego intenso, estando, desta forma, sujeitos à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos ocupantes, que prestam serviço a instituição e a terceiros.

5.8.2. . Com isso, busca-se resguardar o patrimônio público de eventuais danos aos quais os veículos estão sob risco constante, bem como evitar a ocorrência de que a U.F.M.G. seja obrigada a cobrir custos com indenizações por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa a contratação

5.8.3. Em obediência ao disposto no art. 22 da Instrução Normativa nº 183, de 08/09/1986, da Secretaria de Administração Federal, justifica-se a opção de se contratar também o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa Contra Terceiros – RCF de veículo oficial.

5.8.4 A empresa a ser contratada deverá ser capaz de atender plenamente as exigências contidas neste ETP. A Universidade Federal de Minas Gerais possui uma frota de veículos bastante diversificada em seus tipos, modelos, anos de fabricação, devendo estar disponível 24 horas para a solicitação de atendimento quando necessário conforme descrito abaixo:

**SEGURO TERCEIRO** com assistência sem limites de quilometragem 24 horas para veículos descritos no Termo de Referência e/ou anexos pertencentes à frota oficial da Universidade Federal de Minas Gerais;

##### **1) Cobertura modalidade Terceiro**

- a) Cobertura de Danos Materiais Terceiros(DMT): R\$ 200.000,00;
- b) Cobertura de Danos Corporais Terceiros (DMC): R\$ 200.000,00;
- c) Cobertura de Danos Morais (DMO): R\$ 60.000,00;
- d) Cobertura de Acidentes Pessoais com Passageiro/Despesas Médicas hospitalares, (APP C/ DMH), no valor de R\$ 120.000,00
- e) Cobertura de Vidros Completa;
- f) Assistência 24 horas completa/Rede Referenciada;

2- Franquias - Não haverá cobrança de franquias para a Cobertura de: faróis, lanternas para-brisas dianteiro e traseiro e vidros laterais. , para cada veículo segurado na apólice

3) REBOQUE/GUINCHO ILIMITADO: Cobrindo integralmente o veículo, SEM RESTRIÇÃO DE QUANTITATIVO INDIVIDUAL POR VEÍCULO.

4) 1 - ASSISTÊNCIA 24 HORAS SEM LIMITE DE KM E SEM LIMITE DE QUANTITATIVO: Remoção de veículos; • reparo no local; • auxílio em caso de falta de combustível (pane seca e elétrica); • chaveiro; • hospedagem; • fornecimento de meios de deslocamento terrestres para retorno do motorista e seus acompanhantes ao local de origem ou continuidade da viagem até o local de destino; • remoção de passageiros acidentados; • locomoção de pessoa da família em caso de internação; • traslado de corpo em caso de falecimento;

5 - Fornecimento de meios de transporte alternativo para continuação da viagem até o local de destino ou retorno ao local de origem , para o motorista e o (os) ocupante (s) do veículo, sem limite de quilometragem e sem limites de

quantitativos. A cobertura do transporte de passageiros será LIMITADA a capacidade oficial do veículo. Esta cobertura deverá ser devidamente comprovada nas condições gerais do seguro de automóvel e aprovada pela SUSEP.

6) - Posto de Atendimento Automotivo em Belo Horizonte, Contagem ou Betim para vistorias, tratativas etc.; ou que possua Filial em Belo Horizonte;

**Especificação da garantia do serviço** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. O contratado deverá manter preposto para a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato. O qual deve responder a solicitação (email, telefone) no período máximo em 12 horas, sob pena de punição. O mesmo deverá manter, sob sua responsabilidade, seu número de telefone e endereço eletrônico sempre atualizado junto ao Gestor e Fiscais.

6.13.1 indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade

---

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

6.14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.14.4. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, sendo que no caso de prestação de serviços de seguros automotivos o mesmo é considerado um risco futuro, sendo que o pagamento é antecipado para utilização dos serviços posteriores. Pode-se em determinado período não haver solicitação para prestação de algum serviço contido no contrato. Quando da utilização, será avaliado através de documentação eletrônica (e-mail) e contato direto com o preposto se os serviços estão sendo prestados de acordo com o descrito no contrato e aceito pela contratada.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

7.3.2. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ( [Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.5.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.26.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

## Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade cooperativa:** Não será admitido a participação (ID 2310845) devido que Associações e Cooperativas não são autorizadas ao fornecimento de seguro automotivo pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

8.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e federal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

### Qualificação Técnica

8.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, em plena validade;

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. Fornecimento de seguros automotivos nas modalidades total e terceiro de frotas acima de 20 veículos

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 65.834,98

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 65.834,98 (Sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos), conforme pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal (Parte integrante deste processo).

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 153254

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 169687

IV) Elemento de Despesa: 33903969

V) Plano Interno:M20RKG0169N

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

---

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos do inciso II, do artigo 14, do Decreto nº 10.024/2019.

**EDNA DE OLIVEIRA**  
**COSTA:47639342600**  
**Altair Damásio Dias**  
Diretor-Geral do DLO/UFMG

Assinado de forma digital por EDNA  
DE OLIVEIRA COSTA:47639342600  
Dados: 2023.08.17 09:48:33 -03'00'

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 7219, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

**Helder de**  
**Faria:57486832615**  
**HELDER DE FARIA**

Equipe de apoio

Assinado de forma digital por  
Helder de Faria:57486832615  
Dados: 2023.08.16 16:57:08 -03'00'

Despacho: PORTARIA Nº 7219, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

**Lucas Ribeiro**  
**Viana:10722466609**  
**LUCAS RIBEIRO VIANA**

Equipe de apoio

Assinado de forma digital por  
Lucas Ribeiro Viana:10722466609  
Dados: 2023.08.16 17:01:30 -03'00'